

ENTREVISTA | MANSUETO ALMEIDA Economista e pesquisador do Ipea

‘FICAREMOS EM BANHO-MARIA ATÉ 2014. MAS, EM 2015, TEREMOS AJUSTE’

Semana passada, quando a presidente Dilma Rousseff comemorou o resultado do IPCA de julho dizendo que “a inflação está sob controle”, Mansueto Almeida, economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), postou em seu blog: “Quem fala isso, é porque não entende de economia e/ou não olhou os dados”. Duro crítico da política econômica oficial, que usa regularmente a internet para expor suas conclusões, Mansueto, que é PhD em Políticas Públicas pelo prestigiado Massachusetts Institute of Technology (MIT), enumera, nesta entrevista ao **Brasil Econômico**, uma série de erros que o governo vem cometendo na economia — a começar por sua comunicação. Ele lembra que no final do ano passado, na hora de explicar as medidas para reverter o superávit fiscal e o PIB abaixo da meta, “todo mundo do governo desapareceu, a sociedade ficou sem saber o que eram aquelas medidas”. Mansueto traça um cenário sombrio para a economia brasileira, dizendo que o governo fez apostas erradas. Está preocupado, por exemplo, com o excesso de subsídios e desonerações, que um dia terão que ser pagos — “não tem almoço grátis”. E diz que, se em 2014 o dólar chegar a R\$ 2,40, a Petrobras terá que reajustar o preço dos combustíveis. “Quem ganhar a eleição no próximo ano, logo após assumir, terá uma agenda muito difícil. O ano de 2015 será de ajustes, não será possível ficar fazendo mais do mesmo”, prevê, acrescentando que trazer a inflação para a meta será tarefa para o novo governo, em 2015.



Eliane Velloso, Edla Lula e
Paulo Henrique de Noronha
redacao@brasileconomico.com.br

O senhor é um crítico ácido e frequente da política econômica oficial. Afinal, o que está errado?

Há um conjunto de coisas erradas. O governo fez algumas apostas, de que o crescimento no país iria retornar e a taxa de investimento aumentar, baseado em políticas como o direcionamento de créditos para alguns segmentos, mais subsídios para determinados tipos de investi-

mentos, e algumas desonerações tributárias mais específicas para setores diferentes. Uma série de coisas que poderiam ter dado certo, mas que de fato não entregaram o resultado esperado. Com o tempo, os investidores externos e domésticos foram ficando apreensivos e perdendo a confiança no potencial de crescimento da economia brasileira. Além disso, alguns indicadores pioraram muito. Nossa taxa de investimento hoje é de 18% do Produto Interno Bruto (PIB) e há um déficit em conta corrente que caminha para 4% do PIB.

“

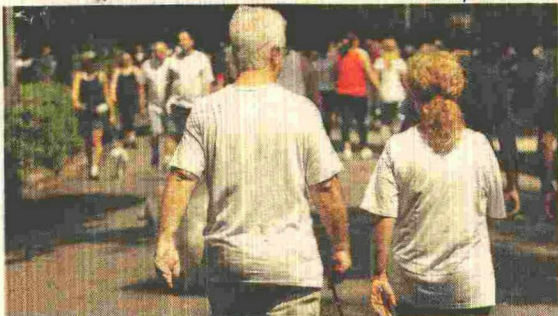
Há uma incerteza muito grande em relação ao futuro da economia brasileira e as medidas do governo para tentar solucionar não estão sendo muito efetivas, não trazem o benefício esperado”

Nossa economia fiscal, no início deste governo, era de 3,1% do PIB e agora o superávit caminha para metade disso. Então, há uma série de indicadores que, na margem, pioraram. Há uma incerteza muito grande em relação ao futuro da economia brasileira e as medidas do governo para tentar solucionar não estão sendo muito efetivas, não trazem o benefício esperado. O mais grave é o problema de comunicação do governo com a sociedade e o mercado. Essa falta de transparência não era necessária.

Em que medida esta falta de transparência em relação às contas públicas interfere na performance da economia brasileira?

Isso cria uma série de incertezas desnecessárias. Um exemplo bom é o resultado fiscal do ano passado. Em agosto ou setembro já se sabia que o crescimento seria ruim, que o governo não teria condições de cumprir a meta de superávit primário. Mas em vez de fazer aquilo que fez em 2009, quando claramente mostrou que não seria

Henrique Manreza



PREVIDÊNCIA

Adiado prazo de cadastramento no INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prorrogou para o dia 28 de fevereiro de 2014 o prazo para que os beneficiários renovem a senha e comprovação de vida na rede bancária em todo o país. Quem não fizer a atualização terá o benefício bloqueado, até que a situação seja regularizada. A prorrogação está definida em resolução publicada no Diário Oficial da União. **ABr**

Glaucio Dettmar

Quando começou a se deteriorar essa comunicação?

Em meados do ano passado. Tivemos dois movimentos simultâneos. Piorou a interlocução do Ministério da Fazenda com o Banco Central e piorou a comunicação da equipe econômica com a sociedade e com o mercado. No momento em que a gente teve frustração na expectativa de crescimento econômico, o Ministério da Fazenda começou a adotar um tom mais otimista na tentativa de reverter as expectativas pessimistas. Mas esse tom otimista fez com que o diagnóstico da equipe econômica se distanciasse cada vez mais do diagnóstico do mercado financeiro e dos analistas independentes. Aí começou um diálogo entre cegos e mudos. Analistas aqui e lá fora estavam muito preocupados e apreensivos com os rumos da economia brasileira e, de outro lado, havia a convicção externada por membros da equipe econômica de que as coisas estavam caminhando na direção correta e que o crescimento iria voltar. Parecia até que analistas e governo estavam vivendo em mundos paralelos...

Será que o governo foi pego de surpresa por essa mudança de cenário e, sem saber o que responder, se retraiu?

Talvez seja um pouco disso. Falar pelo governo é sempre muito delicado, mas faz parte do jogo. Mesmo quando a situação está ruim, os *policy makers* (elaboradores de políticas) têm que tentar mostrar que conhecem a situação, que estão a par dos problemas e que estão adotando as medidas adequadas. Na realidade, isso nunca foi feito de forma muito clara no ano passado. E foi piorando com o passar do tempo. Talvez porque parte da equipe econômica tivesse incertezas e não queria externar, e acabou se retraindo. Isso dificultou até o anúncio da agenda positiva do governo. As concessões são um bom exemplo. Quando se tem incertezas, a posição do mercado e dos investidores é sempre se retrair e esperar a poeira baixar.

O senhor comunga da ideia de que o governo abandonou o tripé macroeconômico de câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário?

Não diria que abandonou, mas tenho convicção de que a gestão do tripé macroeconômico piorou bastante, especialmente na questão fiscal e nas metas de inflação. Nos últimos cinco anos,

66

Antes, quando a inflação esperada para o ano seguinte se distanciava da meta, o Banco Central tomava medidas para aproximar a taxa para o centro. Nos últimos anos, isso não ocorreu"

com exceção de 2009, a inflação vem ficando próxima a 6% ao ano. Antes, quando a inflação esperada para o ano seguinte se distanciava da meta, o Banco Central (BC) tomava medidas para aproximar a taxa para o centro. Nos últimos anos, isso não ocorreu. Ninguém acreditava que o BC iria tomar as medidas necessárias para trazer a inflação para o centro da meta. E quando isso ocorre num mercado de trabalho aquecido, você causa um problema, porque as pessoas vão demandar reajustes salariais baseados não no centro da meta, mas numa taxa de 6%. O custo disso é muito alto. O último dado de inflação (variação do IPCA em apenas 0,03% em julho), que é muito bom, eu diria que é um ponto fora da curva. Os preços livres nos últimos meses estão rodando a 8% ao ano. O que trouxe a inflação para baixo foi o preço administrado. Combustível, tarifa de transporte urbano. São coisas que conseguem segurar por algum tempo, mas não por muito tem-

po. A última vez que teve aumento de tarifa de transportes em São Paulo foi em 2011. Ano passado não teve, este ano não teve, próximo ano é eleitoral, provavelmente não terá. Mas em algum momento vai ter que reajustar, ou vai causar um prejuízo brutal para o setor privado. Você tem hoje um fato novo que é a desvalorização do real. E isso também contribui para aumentar um pouco a inflação.

E qual é a sua expectativa de inflação?

Tanto este ano quanto no próximo as expectativas estão girando em torno de 5,8% ou 6%. Ninguém espera que a inflação vá voltar para o centro da meta nem este ano, nem no próximo. Essa é uma agenda que ficou para o próximo governo.

O governo tem demonstrado uma tendência de recorrer a subsídios para segurar as tarifas controladas. Essa política é sustentável?

Tudo isso tem um custo. E nada é sustentável. Uma das primeiras coisas que a gente aprende no curso de Economia é que não existe almoço de graça. O governo vai ter que pagar de alguma forma o empresário que tem a concessão pública e a única forma de pagar é com recursos públicos. Ele vai ter que pagar esse dinheiro que estava planejando gastar em outro serviço público e vai jogar no transporte para cobrir o prejuízo que os empresários estão tendo, porque não puderam aumentar tarifas. Ano passado o governo fez o descasamento entre o preço internacional do petróleo e o preço vendido aqui no mercado doméstico. A fórmula era permitir que parte da Cide fosse direcionada para a Petrobras. A gente não tem mais essa opção. Se o câmbio continuar em R\$ 2,30 e eventualmente for para R\$ 2,40 em 2014, a Petrobras vai ter que reajustar o combustível, em um ano de eleições.

O que acha de alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal para se investir em mobilidade urbana?

Não se deve mudar a lei. Deve-se analisar cada caso e discutir no Senado no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Aumentar o endividamento faria sentido se fizesse parte de uma rediscussão do pacto federativo. O que as pessoas esquecem é que a carga tributária no Brasil é muito elevada, é 36% do PIB para um país de renda média em torno de US\$ 10.500 - é a

maior carga tributária do mundo para países com nosso nível de desenvolvimento. Não vamos resolver nossos problemas aumentando a carga para 45% do PIB. Mas quando a gente olha todas as propostas em discussão - aumentar recursos para a saúde, para a educação, investir em mobilidade - se somar tudo, a gente vai caminhar para uma carga de 45% do PIB. Será necessário definir o que é prioritário, o que deve ser subsidiado, o que deve ser cobrado e fazer o investimento correspondente.

Relatórios de bancos estrangeiros estão considerando o mau humor do mercado com relação ao Brasil... isso afeta os investimentos externos?

O investimento estrangeiro direto continua em um nível muito elevado, o dinheiro continua entrando até porque, com o dólar elevado, ficou mais barato investir aqui. Por outro lado, como aumentou a incerteza do investidor, ele cada vez mais vai exigir uma taxa de retorno maior. O aumento de incertezas é que torna os investimentos mais caros. Outro problema é que como estamos entre os cinco maiores destinos de investimento externo nos últimos três anos, esse movimento se direciona para o setor extrativo (mineração ou petróleo e gás) ou de serviços, não torna o Brasil uma economia mais exportadora. O segundo ponto é que a captação de dinheiro lá fora é importante para empresas e para bancos domésticos e isso vai ficar cada vez mais difícil nesse cenário de incertezas.

66

Como aumentou a incerteza do investidor, ele cada vez mais vai exigir uma taxa de retorno maior. O aumento de incertezas é que torna os investimentos mais caros"

possível cumprir a meta e reduzi-la, o governo optou, na última semana do ano, na véspera de um feriado, por adotar uma série de medidas. Todo mundo do governo desapareceu para dar explicações sobre o que estava acontecendo. A sociedade ficou sem saber o que eram aquelas medidas, tomadas apenas para cumprir a meta do superávit primário. Esse tipo de ação sem transparência e sem uma comunicação efetiva com a sociedade é muito ruim para a credibilidade da política econômica.